

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.137 - SC (2018/0290089-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECORRENTE** : BANCO BRADESCO S/A  
**ADVOGADO** : PAULO GUILHERME PFAU JUNIOR - SC017384  
**RECORRIDO** : NILSO FOLLE  
**RECORRIDO** : LUCY ROSA INVITTI  
**ADVOGADO** : ARCIDES DE DAVID - SC009821  
**INTERES.** : JOSÉ ROBERTO DE CARVALHO MOREIRA LEITE  
**INTERES.** : WANDERLEI ANTONIO BERLANDA  
**INTERES.** : WANDERLEI BERLANDA JUNIOR  
**INTERES.** : IVALBERTO TOZZO  
**INTERES.** : EDSON LUIZ FAVERO  
**INTERES.** : RENY BORSATTO JÚNIOR  
**INTERES.** : FELIPE TOZZO  
**INTERES.** : DANIEL TOZZO  
**INTERES.** : DANIEL TOZZO PARTICIPAÇÕES LTDA  
**INTERES.** : ANDRE VINICIUS TOZZO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - RECURSO REPETITIVO - REEXAME DA DECISÃO - INTELIGÊNCIA DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 (CPC/2015, ART. 1.040, II) C/C ART. 5º, § 2º, DA RESOLUÇÃO N. 42/08-TJSC - AÇÃO REVISIONAL - DIVERGÊNCIA ATINENTE À INCIDÊNCIA DA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS NA PERIODICIDADE DIÁRIA - CÔMPUTO EXPONENCIAL VEDADO NA MODALIDADE DIÁRIA, AINDA QUE EXPRESSAMENTE PACTUADO, POR SER PRÁTICA QUE EXPÕE O CONSUMIDOR À ONEROSIDADE DESPROPORCIONAL E EXCESSIVA - MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO NA PARTE QUE DISSENTE DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL PREVISTA NO RECURSO ESPECIAL N. 973.827/RS.*

*O entendimento perfilado no Superior Tribunal de Justiça é de que se mostra viável a cobrança de juros capitalizados em periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31/3/2000, desde que expressamente pactuada (REsp n. 973.827/RS, submetido ao processo de uniformização de jurisprudência previsto no art. 1.040, II, do Código de Processo Civil.*

*Entretanto, ainda persiste firme a posição deste Órgão Julgador no sentido de que é admitido o encargo, quando expressamente contratado, em cédula de crédito bancário, por força da previsão específica do art. 28, § 1º, inc. I, da Lei 10.931/2004, nada interferindo, portanto, a Medida Provisória 2.170-36/2001, que regula os contratos bancários que não são regidos por legislação específica.*

*Para mais, o entendimento é de que não se pode aplicar interpretação restrita dos termos 'os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização', estabelecido no inc. I, § 1º, art. 28, da Lei 10.931/2004, permitindo-se, assim, a cobrança do encargo em qualquer modalidade "inferior a um ano", tal qual decidido no Recurso Especial n. 973.827/RS, mormente porque, segundo posição desta Câmara, a convenção expressa da capitalização de juros na modalidade diária não é admitida, pois importa em*

*onerosidade excessiva ao consumidor"* (e-STJ fl. 420).

Em suas razões recursais, o recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36/2001 e 28, § 1º, I, da Lei nº 10.931/2004. Afirma que, desde que contratada, não há óbice à capitalização diária dos juros remuneratórios.

Apresentadas as contrarrazões e admitido o recurso na origem, subiram os autos a esta Corte.

É o relatório.

**DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Assiste razão ao recorrente.

No julgamento do REsp nº 973.827/RS, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, ficou decidido que, nos contratos firmados após 31/3/2000, data da publicação da Medida Provisória nº 1.963-17, reeditada até a Medida Provisória nº 2.170-36/2001, admite-se a capitalização dos juros em **periodicidade inferior a um ano**, desde que pactuada de forma clara e expressa, assim considerada quando prevista a taxa de juros anual em percentual pelo menos doze vezes maior do que a mensal, consoante se colhe da ementa do referido julgado:

*"CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.*

*1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.*

*2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de 'taxa de juros simples' e 'taxa de juros compostos', métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.*

*3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - 'É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.' - 'A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros*

*anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada'. (...)*

6. *Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido*" (REsp 973.827/RS, Rel. p/ acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 8/8/2012, DJe 24/9/2012).

A respeito da capitalização de juros, o acórdão recorrido expressamente consignou:

*"Para mais, entende-se que não se pode aplicar interpretação restrita dos termos 'os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização' (inc. I, § 1º, art. 28, Lei 10.931/2004), permitindo-se, assim, a cobrança do encargo em qualquer modalidade 'inferior a um ano', tal qual decidido no Recurso Especial n. 973.827/RS. Isso porque, segundo entendimento adotado por esta Câmara, a convenção expressa da capitalização de juros na modalidade diária não é admitida, pois importa em onerosidade excessiva ao consumidor.*

*Nesse viés, embora consignado na decisão proferida por este Órgão Fracionário a constatação da pactuação da capitalização diária de juros na cédula de crédito bancário em comento, concluiu-se pela ilegitimidade da cobrança do encargo na respectiva periodicidade, tendo em vista a exposição do consumidor à onerosidade excessiva e desproporcional" (e-STJ fl. 424).*

Ao afastar a capitalização expressamente pactuada o Tribunal de origem decidiu contrariamente à jurisprudência consolidada nesta Corte, razão pela qual deve ser reformado o acórdão recorrido nesse ponto, merecendo provimento o recurso especial no que se refere à possibilidade de capitalização diária de juros.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para permitir a capitalização diária dos juros remuneratórios, conforme pactuada, restabelecida a sucumbência fixada na sentença.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 1º de fevereiro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator